



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 060

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE AGOSTO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº 1012/2003 - DG/SEED, do senhor Ricardo Fernandes Bezerra, diretor geral da Secretaria de Estado da Educação, em respostas ao Pedido de

Informações requerido pelo deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre o Decreto nº 6383/2002. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

OFÍCIO nº CEE/G 096/2003

Curitiba, 13.08.2003.

Senhor Presidente:

Comunico V. Exa que, no interesse do nosso Estado, estarei em viagem ao exterior no período de 18 a 25 de agosto, em companhia do presidente da Copel e da ministra Dilma Rousseff, das Minas e Energia, para conhecer o sistema elétrico e as respectivas técnicas de gestão do Estado do Texas, nos Estados Unidos.

Atenciosamente.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 72/2003

SÚMULA:

Sugere a instalação de um Posto do Corpo de Bombeiros na Região Norte do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança:

O deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação de um posto do Corpo de Bombeiros na região Norte do Paraná, que atenda aos municípios de Jataizinho, Assaí, Nova América da Colina, Nova Santa Bárbara, Nova Fátima, Congonhas, São Jerônimo da Serra e Santo Antônio do Paraíso.

2 - A região desses municípios, que juntos somam 150 mil habitantes, não possuem nas proximidades um posto do Corpo de Bombeiros.

3 - Em caso de incêndios, a probabilidade de agravar os incidentes e comprometer vidas é maior, devido ao tempo que o socorro capacitado leva para chegar até o local.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente informamos a V. Exa. que foi indicado como novo líder do Partido Socialista Brasileiro nesta augusta Casa de Leis o deputado Doutor Luciano.

Na oportunidade, renovamos a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO

RENI PEREIRA

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 1590**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER a essa Presidência, a realização de Sessão Solene de entrega de título de Cidadão Benemérito ao Doutor Ary de Christan, a ser realizada no dia 27 de agosto de 2003 às 17h30, no Plenarinho desta Casa de Leis, para formalizar a Lei nº 12869 de 1999.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1600

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja marcada Sessão Solene no dia 26 de agosto do corrente, para homenagem aos atletas paranaenses que representaram o Brasil nos jogos Pan Americanos.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1604

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido espaço para a realização da Sessão Solene em Comemoração à Data Nacional da Consciência Negra e dos 308 (trezentos e oito) anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares.

Há mais de 08 (oito) anos, esta Assembléia, em parceria com as entidades representantes, realiza esta comemoração e faz parte do calendário oficial da Comunidade Afro-Brasileira.

Conforme solicitação do Consulado da República do Senegal, gostaríamos desde já consultar a possibilidade, sendo possível, agendarmos para o dia 20 de novembro de 2003 às 18h00.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para compor a comitiva do governador Roberto Requião, em viagem aos Estados Unidos, (Estado do Texas) nos dias 18 a 24 de agosto do ano em curso. Farão parte da Comitiva, o presidente da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek e a Ministra das Minas e Energia, Dilma Vana Rousseff.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1602

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro especial nos Anais desta Casa, do feito de atletas paranaenses nos Jogos Pan Americanos que estão sendo disputados em Santo Domingo, em especial dos atletas da região Oeste.

Por ser esta a maior competição esportiva das Américas e que tem apresentado um alto nível de rendimento e onde o Brasil tem se destacado já se encontrando (até o momento) em 3º lugar na classificação geral, atrás apenas do Estados Unidos e de Cuba, destaque-se o papel dos paranaenses que integram as seleções brasileiras nas diversas modalidades, subindo no pódio e contribuindo para aumentar o número de medalhas, e, entre esses brasileiros alguns são da região Oeste do Paraná, os quais pedimos o devido registro que servirá, não só como reconhecimento, mas também como estímulo para que continuem buscando o aperfeiçoamento técnico cada vez mais.

Como representante de Toledo e região Oeste do Paraná, tenho a honra de destacar os feitos da jovem ginasta toledana Gabriela Andriolli, que integrando a equipe brasileira nos Jogos Pan Americanos alcança 3 medalhas de ouro na GRD, sendo uma no conjunto 3 bolas e 2 arcos; uma no conjunto de 5 fitas e na soma dos dois a terceira medalha, feito inédito para a nossa região.

Isto é fruto do trabalho árduo nos treinamentos, do incentivo de seus pais, e do plano de incentivo da Prefeitura Municipal de Toledo que contratou os trabalhos técnicos da Anita Klemann, cuja experiência internacional na modalidade serviu de apoio para o sucesso de Gabriela Andriolli.

Senão, vejamos a sua evolução: 3ª lugar no Campeonato Nacional de 97; Medalha de Ouro no Campeonato Sulamericano de Santiago do Chile, já como integrante da Seleção Brasileira; Campeã nos Jogos da Juventude Brasileiros.

Outro destaque que o requerente pede registro nos Anais desta Casa, é para Bruna Colósio, pela conquista da medalha de ouro no Tênis de duplas feminino, nesta mesma competição.

Bruna Colósio, atleta de Cascavel, representa não só a região Oeste, como o Paraná e o Brasil, motivo de orgulho para todos nós dessa região.

Requer ainda, o abaixo assinado, que seja enviado expediente aos familiares das citadas atletas, como também, seja oficiado o Comitê Olímpico Brasileiro - COB, na pessoa de seu presidente.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1605

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de parabenização à Engenho Propaganda pelo 30º aniversário, no município de Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Av. Adhemar Pereira de Barros, 725 - Jardim Bela Suíça CEP: 86050-190.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1579

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração e da Previdência, Reinhold Stephanes, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003.

- Relação do número de cargos em comissão do Poder Executivo com denominação, valor (vencimento e demais vantagens), distribuição (Secretaria, órgãos, etc) e nome do nomeado;

- quantos automóveis locados estão sendo usados pelo Governo do Estado, constando marca, placa e usuário (Órgão, Secretaria);

- quantas dessas locações de automóveis são remanescentes do governo anterior e quantos foram locados pelo atual governo;

- se houver licitação para a locação desses automóveis, tanto no governo passado quanto no atual;

- se as locações de automóveis remanescentes do governo anterior sofreram a moratória de 90 (noventa) dias imposta pelo Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o não atendimento dos pedidos de informações e documentos formulados por ofício enviados diretamente de nosso gabinete parlamentar ao secretário de Estado da Administração e da Previdência, e apesar de o decreto acima citado reza em seu artigo 1º: “Aos órgãos da Administração Direta e Indireta Estadual fica determinado o atendimento de informações formuladas por parlamentares, no prazo de 5 (cinco) dias, independentemente de terem sido submetidas à prévia apreciação da Mesa da respectiva Casa”, resta-nos o recurso de fazer tal pedido oficialmente através desta Mesa, na esperança de, finalmente, obtermos a resposta esperada.

REQUERIMENTO Nº 1580

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Paulo Pimentel, presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, solicitando informações referentes à

cobrança da taxa de iluminação pública, na fatura de energia elétrica, pelos municípios paranaenses, conforme segue:

- 1) Os valores arrecadados com a taxa de iluminação pública são exclusivamente para custear as despesas de iluminação pública ou algum valor é repassado para o município?

- 2) Caso algum valor seja repassado, quanto fica para o município e quanto é repassado para a Copel?

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se fundamenta nas atribuições conferidas pelo inciso XXXIII da Constituição Federal, nos artigos 55 e 90, inciso V da Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Como prerrogativa do deputado estadual a solicitação de informações, é um importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos praticados pelos agentes públicos.

O assunto em tela tem gerado dúvidas, tendo em vista que a maioria dos municípios institui a cobrança da taxa de iluminação pública em valores altíssimos, percentuais que chegam a atingir 1/3 do consumo total de energia elétrica.

Assim, para melhor acompanhamento, solicitamos que seja esclarecido o destino dos valores arrecadados.

REQUERIMENTO Nº 1581

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253, de 29/01/2003:

- cópia da Ata nº 02 de Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Sanepar;

- relação de vencimentos mensais da diretoria, administradores e conselheiros (salário, benefícios e adicionais);

- qual o critério para definição dos vencimentos da diretoria, administradores e conselheiros, e se existe teto legal para tais salários, ressaltando-se que os valores conhecidos são superiores à remuneração mensal do governador do Estado;

- se houve algum tipo de aumento de remuneração ou adicional somado aos vencimentos, concedido à diretoria, administradores e conselheiros, que não tenha sido repassado também aos demais funcionários da Companhia, e em caso afirmativo, qual a justificativa para o fato;

- qual a justificativa para que tais vencimentos sejam superiores aos demais pagos e cargos equivalentes no Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1582

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253, de 29/01/2003;

- quanto em recursos financeiros foi investido pelo Governo do Estado do Paraná, na área da saúde nos últimos oito anos, por região?

- Quanto foi gasto em construção de obras, aquisição de equipamentos e aquisição de ambulâncias, também por região?

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Após enviados dois ofícios diretamente de nosso gabinete parlamentar, sem que fossem apresentados os documentos requeridos ao secretário de Estado da Saúde e apesar de o decreto acima citado reza em seu artigo 1º: “Aos órgãos da Administração Direta e Indireta Estadual fica determinado o atendimento de informações formuladas por parlamentares, no prazo de 5 (cinco) dias, independentemente de terem sido submetidas à prévia apreciação da Mesa da respectiva Casa.”, resta-nos o recurso de fazer tal pedido de informações oficialmente, através desta Mesa, na esperança de, finalmente, obtermos a resposta esperada.

REQUERIMENTO Nº 1586

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o valor dos recursos destinados à construção da Creche Padrão 90, “Profa. Etelvina Maria Dantas Rocha”, no conjunto habitacional Sussumu Assunuma, no município de Uraí.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando a construção de espaço físico para abrigar o destacamento da Polícia Militar de Mercedes.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à Câmara Municipal de Mercedes, através de seu presidente: vereador Júlio Ostapechen, à Avenida Dr. Mario Totta, 454 - 85998-000 - Mercedes / PR.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A atual sede do destacamento é provisório, não oferecendo as condições ideais para uma prestação de serviços como merece aquela comunidade. O município já tomou as providências que lhe são cabíveis, ou seja, regulamentou a doação de área urbana para sediar a edificação solicitada, mas é necessário ressaltar que a lei dispendo sobre essa doação está com seu prazo de validade prestes a se esgotar.

REQUERIMENTO Nº 1595

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a máxima urgência na tomada de providências quanto à recuperação do trecho rodoviário Nova Aurora - Cafelândia / Cafelândia - BR-369, em face da importância econômica que a medida propiciará.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É pública e notória a gravidade e precariedade em que se encontra grande parte das estradas estaduais.

Também é fato que o DER e a Secretaria de Estado dos Transportes vêm divulgando a aplicação de recursos para a recuperação da malha rodoviária estadual.

No dia 11/08 o programa Primeira Hora da TV Tarobá/Cascavel, através do apresentador Neto (programa com grande repercussão regional e, diga-se, com excelente audiência e qualidade, trouxe uma grande matéria dando conta dos enormes prejuízos que a péssima conservação do trecho Nova Aurora - Cafelândia / Cafelândia - BR-369, tem ocasionado à economia regional, pedindo, justamente, a interferência do poder público para resolver a questão.

Repercutindo todo o exposto, entendo ser necessária uma manifestação dos órgãos citados, motivo pelo qual apresento o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1607

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado, pedindo informações sobre a renovação do contrato de concessão de água e esgoto da Sanepar no município de Curitiba.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao Palácio Iguazu, Praça N. Senhora de Salete, s/n - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1588

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu líder, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após aprovação do duto Plenário, seja enviado requerimento ao secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, pedindo garantia de vida aos trabalhadores rurais, cujos nomes constam de uma lista divulgada pela imprensa, da qual o trabalhador Francisco Nascimento de Souza foi barbaramente assassinado no município de Mariluz, Noroeste do Paraná, no último domingo, dia 03 de agosto.

A relação de nomes é a seguinte:

- 1 - Ângelo Costa Quintanilha - Mariluz
- 2 - Francisco Nascimento de Souza - Mariluz
- 3 - João Kenor - Mariluz
- 4 - Carlos Alberto Gonçalves - Mariluz
- 5 - Paulo Carreiro Filho - Peabiru
- 6 - Luiz Alves - Peabiru
- 7 - Paulo Sérgio de Souza - Luiziana
- 8 - José Damasceno - Mariluz

Ante a gravidade dos fatos, requer sejam tomadas as medidas cabíveis para evitar mais mortes no campo, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

No dia 11 de agosto de 2003, foi noticiado nos jornais a existência de uma lista com nomes de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que estão com a “cabeça a prêmio”.

Segundo a denúncia veiculada inclusive na imprensa, esta lista foi elaborada por latifundiários da região de Campo Mourão, numa reunião secreta realizada em 21 de abril do corrente ano, constando inclusive o preço correspondente a cada assassinato.

No dia 04 de agosto de 2003 foi encontrado o corpo de um agricultor assassinado, o camponês Francisco Nascimento de Souza, popularmente conhecido como “Zebu”, cujo nome consta na lista supra, havendo assim fortes indícios de que o referido crime tenha a torpe motivação relatada.

O pedido de garantia de vida aos trabalhadores rurais ameaçados de morte tem por escopo garantir que sejam tomadas todas as providências necessárias para que se propicie um ambiente de maior tranquilidade, coibindo a presença de pistoleiros na região.

REQUERIMENTO Nº 1601

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Cláudio Xavier, secretário estadual da Saúde, solicitando no sentido de informar quando será implantada no Paraná a Portaria nº 249 de 16 de abril de 2002 que estabelece mecanismos e fluxos assistenciais a serem adotados pelas

Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso, através do cadastramento de Centros de Referência, além de incluir na tabela SUS o tratamento e distribuição de medicamentos excepcionais para o tratamento dos pacientes com o Mal de Alzheimer.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Considerando a Portaria GM/MS nº 702, de 12 de abril de 2002, que cria os mecanismos para a organização e implantação de Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso, observamos a necessidade de ações que favoreçam a atenção integral à população idosa de forma mais humanizada e baseada em medidas de prevenção, promoção e recuperação da saúde.

De extrema importância está o tratamento e a distribuição de medicamentos à população com o Mal de Alzheimer, pois esta doença que atinge em sua prevalência, 90% da população idosa, causa demência e é uma das importantes causas de abandono de idosos e de asilamento. O Mal de Alzheimer é uma doença cerebral degenerativa de natureza crônica e progressiva que compromete gravemente a qualidade de vida dos portadores. A utilização de medicamentos faz com que a evolução da doença seja retardada permanecendo, o portador, com autonomia para realização de suas atividades do dia-a-dia.

Desta forma dirigimos o presente pedido de informação, afim de podermos esclarecer à população idosa e a familiares de portadores de Alzheimer que nos indagam, ansiosos por providências.

REQUERIMENTO Nº 1585

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja encaminhado ao Exmo. Sr. secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, ofício solicitando seu empenho na tentativa de viabilizar a recuperação da rodovia abaixo relacionada:

1) BR-158 Trecho que liga o município de Dois Vizinhos a Itapejara D'Oeste, num total de 40 quilômetros.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista que essa Rodovia é um importante elo de ligação entre a região Sudoeste do Estado. A rodovia é utilizada para o escoamento da produção agrícola daquela região, e por ser esta a sua principal atividade, a cada safra a dificuldade aumenta.

Não bastasse o acima mencionado, torna-se rotina acidentes naquele trecho, por conta da impossibilidade de os motoristas trafegarem tranquilamente; o péssimo estado de conservação daquele trecho faz com que os

motoristas sejam obrigados a arriscar manobras perigosas, para desviar os buracos nas pistas.

Também devemos considerar a necessidades diárias da população sudoestina utilizar-se dessa rodovia para deslocamento até a sede dos núcleos das secretarias em busca de apoios e orientações, ou mais do que isso, em busca de saúde, do INSS, da Receita Estadual, da Receita Federal, do Incra, etc.

Vale ressaltar que se trata de uma região eminentemente agrícola e para seu desenvolvimento necessita de estradas que facilitem o escoamento da produção agrícola, a riqueza daquela região.

REQUERIMENTO Nº 1603

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja encaminhado ao Exmo. Sr. secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, ofício solicitando seu empenho na tentativa de viabilizar a recuperação da rodovia abaixo relacionada:

1) PR-475 - Trecho que liga o município de Francisco Beltrão a Verê.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista que essa Rodovia é um importante elo de ligação entre a região Sudoeste do Estado. A rodovia é utilizada para o escoamento da produção agrícola daquela região, e por ser esta a sua principal atividades, a cada safra a dificuldade aumenta.

Não bastasse o acima mencionado, torna-se rotina acidentes naquele trecho, por conta da impossibilidade de os motoristas trafegarem tranquilamente; o péssimo estado de conservação daquele trecho faz com que os motoristas sejam obrigados a arriscar manobras perigosas, para desviar os buracos nas pistas.

Também devemos considerar a necessidades diárias da população sudoestina utilizar-se dessa rodovia para deslocamento até a sede dos núcleos das secretarias em busca de apoios e orientações, ou mais do que isso, em busca da saúde, do INSS, da Receita Estadual, da Receita Federal, do Incra, etc.

Vale ressaltar que se trata de uma região eminentemente agrícola e para seu desenvolvimento necessita de estradas que facilitem o escoamento da produção agrícola, a riqueza daquela região.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 434/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Profes-

sora Etelvina Cordeiro Ribas, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas - Ensino de 1º grau 5ª/8ª Séries, com sede e foro no município de Curitiba, tem por finalidade colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração Família-Escola-Comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 435/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatório em todas as escolas da rede estadual de ensino o uso de alimentação especial na merenda escolar adaptada para alunos portadores de diabetes melito.

Art. 2º - A alimentação especial, a ser fornecida a todas as escolas da rede estadual de ensino, será determinada através de receituário médico e de nutricionistas da Secretaria de Estado da Saúde, cabendo a estes últimos a orientação sobre o preparo dos alimentos.

Art. 3º - No início do ano letivo cada escola deverá encaminhar à Secretaria de Estado da Educação listagem com o número de alunos que necessitarão de alimentação especial para fins de se determinar a quantidade a ser fornecida.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo tornar obrigatório que todas as escolas da rede estadual de ensino utilizem alimentação especial de diabetes melito, proporcionando, desta forma uma melhor condição de vida para esses alunos.

O diabetes melito é uma doença crônica causada pela ausência total, parcial ou resposta diminuída ao hormônio insulina responsável pela retirada da glicose do sangue e o seu armazenamento no fígado e nos músculos. A ausência desse hormônio promove a hiperglicemia que

acarreta em anormalidades no metabolismo dos carboidratos, lipídios e proteínas.

A presença de níveis elevados de açúcar no sangue durante muitos anos é responsável por lesões nos rins, problemas de visão provados pela ruptura de pequenos vasos no interior dos olhos, afecções circulatorias nas extremidades, que podem levar à perda de sensibilidade e, às vezes, à necrose de pés e mãos, e alterações sensitivas por lesões do sistema nervoso.

Com o tratamento adequado e com uma alimentação balanceada, a maioria dos diabéticos alcança níveis de glicose em limites próximos à normalidade o que os permite levar uma vida tão normal quanto possível.

A doença vem sendo considerada um dos maiores problemas de saúde pública da sociedade moderna. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o diabetes é a terceira causa de morte na população mundial perdendo apenas para as doenças cardiovasculares e o câncer. Segundo a Sociedade Brasileira de Diabestes (SBD), 7,6% da população brasileira entre 30 e 69 anos apresentam a doença sendo que, 46,5% dos diabéticos entre 0 e 69 anos não tinham conhecimento da sua diabetes.

Desta forma o presente projeto visa melhorar a qualidade de vida de alunos da rede estadual portadores da doença, fornecendo aos mesmos uma alimentação adequada às suas necessidades, visto que nem sempre as famílias têm condição de adquirir alimentos adequados para o controle da doença.

Ressalte-se que projeto semelhante já foi apresentado em vários Estados, tendo tido grande aceitação.

Assim, considerando a importância e o alcance social do projeto, gostaria de contar com os colegas desta Casa na aprovação do presente.

PROJETO DE LEI Nº 436/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurado aos professores de todos os níveis de ensino público estadual, em atividades ou aposentados, o pagamento de cinquenta por cento do valor cobrado para ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversões, além de praças desportivas, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural.

Parágrafo Único - A meia entrada corresponderá, sempre, a metade do valor do ingresso cobrado, ainda que se trate de preço promocional ou com desconto sobre o valor normalmente cobrado.

Art. 2º - Consideram-se casas de diversões, para os efeitos desta lei, os estabelecimentos que realizem ou exibam espetáculos musicais, circenses, teatrais, cinematográficos, de artes plásticas em geral.

Art. 3º - O atestado da condição de professor da rede pública estadual de ensino, para gozo do benefício previsto nesta lei, dar-se-á por meio da apresentação da carteira funcional emitida pelo órgão competente ou contra-cheque com carteira de identidade.

Art. 4 - O descumprimento desta lei, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertências;

II - multa de 10 mil a 100 mil Ufir's.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Esta lei tem como objetivo proporcionar aos professores do ensino público de todos os níveis do Estado do Paraná acesso mais barato a eventos culturais, esportivos e de lazer, de forma a aprimorar a sua formação profissional, qualidade indispensável para o melhor exercício da função de educador;

A lei é direcionada principalmente àqueles que, devido aos baixos salários, não podem aprofundar sua capacidade intelectual com vistas a museus, mostras de artes, filmes etc.

PROJETO DE LEI Nº 437/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas concessionárias de transportes públicos do Estado do Paraná, a dar gratuidade de passagem nos dias de campanhas de vacinação, aos:

I - menores aos quais é dirigida a campanha;

II - responsável o qual acompanha o menor até o local.

Parágrafo 1º - A isenção se dará através da apresentação da carteira de vacinação do menor, não sendo necessária a comprovação da qualidade da pessoa a qual acompanha o menor.

Parágrafo 2º - Não poderá o benefício da isenção ser estendida a mais de um responsável que esteja acompanhando o menor até o local de vacinação.

Parágrafo 3º - Esta lei não se estende para o trajeto intermunicipal.

Art. 2º - Os benefícios desta lei estendem-se a 1 (uma) hora antes do início da campanha até 1 (uma) hora depois do término desta.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Esta lei visa facilitar o acesso à saúde. Muitas das vezes pelo fato de ter de se pagar pela passagem até o local da vacinação, os responsáveis acabam sendo obrigados a não levar seus filhos, netos, etc, aos locais de vacinação, pondo assim a saúde desses em iminente risco. Esta lei visa estender o acesso à saúde a todos, não deixando que a saúde preventiva fique condicionada à possibilidade de poder pagar-se pela passagem.

PROJETO DE LEI Nº 438/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reconhecida à Federação Paranaense de Golfe, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 77.750.123/00001-74, a qualidade de entidade de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º - A Federação Paranaense de Golfe, nessa qualidade, poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previstos na legislação estadual.

Art. 3º - A Federação Paranaense de Golfe conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de ensino da prática de golfe, em escolas públicas da rede municipal ou estadual de ensino, que será periodicamente atestada pela Secretaria da Educação do Estado ou do município onde prestou o serviço.

Parágrafo Único - Incumbe à Secretaria de Estado da Educação determinar os critérios e períodos através dos quais procederá a certificação dos serviços de Utilidade Pública prestados pela Federação Paranaense de Golfe.

Art. 4º - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder de tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera Misabel Derzi¹:

“A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez “atendidos os requisitos da lei”. A

norma não tem, portanto, eficácia plena e incontestável, como a (imunidade) recíproca, mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar.

À luz da Constituição de 1988, não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c, por força do que estabelece o artigo 146, II.

Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:

- a Constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;

- a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária da pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatórios de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.

Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido “material” supre tal função, dispondo sobre os “requisitos” exigidos pela Constituição”.

Para concluir mais adiante:

“Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.”

Hugo De Brito Machado² compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

“A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.”

Neste mesmo diapasão, Roque Carazza³:

“Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma “limitação constitucional ao poder de tributar”. Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) Muito bem: estamos

1. Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição. Editora Forense.

2. Curso de Direito Tributário, 12ª Ed., 197/198.

3. in parecer formulado a pedido de PARANAPREVIDÊNCIA, pág. 14, cópia em anexo.

plenamente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c, da Constituição Federal.

Na mesma esteira, Ives Gandra Martins¹ consigna: “... a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar, como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código Tributário Nacional tal impositor de requisitos. É que, se o legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la *pro domo suo*. Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da federação, é a única capaz e impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.”

Também Sacha Calmon Navarro Coêlho²: “... se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria como permitir ao condenado o poder de dosimetizar a própria pena...”

Esta suprema corte, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo ministro Marco Aurélio, referendada pelo Plenário.

“A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame- sem observância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição Federal. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

A cláusula que remete à disciplina legal - e, aí tem-se a conjugação com o disposto no inciso II do artigo 146 da Carta da república, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelos costumes, da expressão “entidades beneficentes de assistência social”.

Esta também é orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

1. Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 185.

2. Imunidades Tributárias, in Imunidades Tributárias, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitário, São Paulo, RT, 1998, Pág. 228

Resp nº 27.261-4/MG

Relator: ministro Garcia Vieira

In Revista do Superior Tribunal de Justiça nº 48

Ementa:

“Vedação ao Poder de tributar instituição social-cumprimento - requisitos legais. A imunidade é instituída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CNT”.

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Segunda turma

Apelação em Mandado de Segurança nº 24444

Relator: Juiz Castro Aguiar

data da decisão: 23.05.2001

Ementa:

“Mandado de Segurança - imunidade tributária - rendimentos auferidos em aplicações em fundos de investimentos.

I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, “c”, da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CNT)

II - Apelação provida.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Sexta turma

Recurso Ex-Ofício nº 97.03.025753-4

Relatora: juíza Marli Ferreira

Publicação: DJ 17.03.1999, página 438

Ementa:

“Tributário. Constitucional. Imunidade. Instituições religiosa, de educação e assistência social. Imposto de importação e IPI. Artigo 9º, IV, alínea “c” e artigo 14 do CNT. Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal- Falta de prova.

1.... *omissis*...

2....*omissis*....

3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ou atender às razões de existência do próprio estado.

4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem que atenda os artigos 9, IV, alínea “c” da Constituição Federal.

5. Sentença reformada integralmente.

6. Remessa oficial provida”.

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda turma

Apelação Cível nº 2000.04.01.027274-4/RS

Relator: juiz Wilson Darós

Publicação: DJ nº 215-E, 08.11.2000

ementa:

“A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar como estatuído no artigo 146 da carta política, pois a ela cabe regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146, II).

Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição da imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 1991, mas sim no Código Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar”.

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda turma

Apelação Cível nº 2001.70.08.001839-2/PR

Relator: juiz Dirceu de Almeida Soares

Publicação: DJ2 nº 68, 10.04.2002, pág. 152

ementa:

“Tributário. Imunidade. Entidade de Caráter assistencial e filantropico. Artigo 195, parágrafo 7º da CF/88, Lei Complementar. Artigo 14 do CNT.

1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN nº 2.028-5, de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.

2. O artigo 195, parágrafo 7º da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto trata-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).

3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.

4. Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.

5. Demonstrados os requisitos do art. 14 do CNT, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, § 7º”.

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados à Federação paranaense de Golfe através do projeto de lei em foco seria decorrente até mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previstos *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional, a constar:

. não distribuir lucros (14,I);

. aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14,II);

. manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revistos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14,III);

no caso, a Federação Paranaense de Golfe, em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

a) não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécies, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;

b) por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Assim, a mesma condição de ente de utilidade pública estadual, que tem sido reconhecida a vários entes que preenchem os mesmos requisitos, deve agora ser outorgada à Federação Parnaense de Golfe, que não só oferece ensino da prática do golfe completamente gratuito a pessoas carentes, como também presta serviços de relevo ímpar no incentivo do esporte paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao senhor deputado Elton Welter, no Pequeno Expediente.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

(Lê):

“Foi alardeada nos jornais de hoje que uma juíza de Brasília suspendeu uma decisão da 6ª Vara Federal (1ª instância) que desde 1999 proibiu o cultivo e venda da soja transgênica no Brasil. Desta forma, segundo os jornais, estariam liberados os OGM's no Brasil.

Independente dos desdobramentos jurídicos que ocorrerão, o Brasil, através de seus deputados e senadores, decidirá, nos próximos dias, qual destino seguirá, em relação aos Organismos Geneticamente Modificados-OGM's.

Entendo que duas opções estão colocadas, claras, porém opostas entre si.

Uma é a de aceitar a “imposição” de algumas empresas americanas (apoiado pelo presidente dos EUA) e que possui a simpatia de alguns ministros, deputados e senadores. Esta opção atende aos interesses de grandes grupos econômicos, mas coloca em risco a produção e exportação nacional de produtos (cujas cadeias produtivas têm a soja como componentes), aumenta a dependência tecnológica do país, coloca em risco a segurança alimentar e nossa soberania.

Independente disto, é claro, os defensores desta opção certamente têm seus motivos para se aliarem aos interesses americanos.

Outra opção, é a da proibição ao cultivo e comércio de OGM's - mantendo pesquisas e as aplicações em saúde humana - pelo motivo de que incertezas existem de sobra em relação aos possíveis impactos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Por isso, é provável, que a maior interessada, empresa Monsanto, sempre se recusou a realizar os estudos prévios de impacto ambiental (EIA/RIMA).

Com relação aos eminentes prejuízos em termos econômicos, as possibilidades são grandes. Mesmo assim, com má-fé, tenta-se conquistar através da mídia, a opinião pública com notícias mentirosas, de que o Brasil está perdendo a competitividade da Soja no mercado internacional; de que a produtividade da soja transgênica é superior e seu custo de produção menor, além de outras.

Convém destacar que até o presente momento, mesmo não existindo relatos de grandes perigos dos transgênicos, também não existem relatos de nenhum grande benefício. É uma promessa de risco ainda não mensurado. Além das incertezas existentes, é preciso ter claro que o Brasil é estratégico na expansão da tecnologia dos OGM's, particularmente naquela mais disseminada, a soja RR da Monsanto. Isso é confirmado pelo jornal americano Financial Times (20.06.2003) quando informa que "a repulsa aos produtos geneticamente modificados na Europa, fez o governo americano e sua indústria de biotecnologia focalizar o Brasil, um dos líderes mundiais na produção agrícola". Muitos especialistas também acreditam que o Brasil ganhará muito no mercado mundial se mantiver proibição aos OGM's.

Em verdade, o fato é que, todos os resultados de nossa balança comercial mostram que, estamos vencendo a batalha do agronegócio e não precisamos desses OGM's ofertados pelos americanos.

O Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo e já em 2003 será o maior exportador. Os EUA e a Argentina, principais concorrentes, aderiram aos transgênicos, há alguns anos. O Brasil não. O Brasil tornou-se a única fonte de soja convencional para a Europa e China, que não querem a soja transgênica.

Ora, se for liberado o plantio de OGM's aqui, a Europa e China ficarão, sem opção de fornecedor de soja livre OGM's e serão obrigados também a comprar a soja transgênica.

Esta é a grande tacada dos americanos. O Brasil perderá sua vantagem comparativa - perderá mercado e ajudará a retomada das exportações de soja americana ou alguém acredita que o nosso principal concorrente (EUA) possui interesse em contribuir na ampliação de mercados para os produtos brasileiros, incrementando as nossas vantagens comerciais?

Independente disso, a nossa produção com tecnologia agrícola convencional, vem se desenvolvendo de forma fantástica, com recordes de produtividade, produção e exportações em nível nacional, e, em especial, no Estado do Paraná.

Para citar somente as exportações, no Paraná, o complexo soja faturou US\$1,3 bilhões no 1º semestre de 2003, um incremento de 224% em relação a igual período de 2002. A quantidade exportada foi 5,9 milhões de toneladas, 173% de incremento, no período.

Em termos de complexo carnes (aves, suínos e bovinos) os resultados também foram animadores, com incremento médio de 56% em valores exportados

(US\$283,9 milhões) e de 66% nas quantidades (175,2 mil toneladas).

Pode-se inferir que este incremento, em parte, é devido à ração não transgênica utilizada pelos rebanhos nacionais, uma garantia contra a doença da vaca louca ocorrida em anos recentes e que tanto preocupa os consumidores europeus.

Por fim, além de todos os fatos aqui relatados, resta saber se vale a pena colocar em risco os excelentes resultados econômicos de dezenas de milhares de produtores brasileiros e paranaenses (de soja e carnes) para benefício de uma grande empresa multinacional? Estou convicto de que não vale a pena arriscar.

Com a palavra, os adeptos dos transgênicos que só beneficiam uma empresa e em nada contribuem com a soberania de nosso País".

Senhor presidente, faço esse pronunciamento com a preocupação da questão da soberania nacional, com relação às exportações dos nossos produtos agropecuários. Temos batido recordes nas exportações.

Infelizmente, a pergunta que se faz é a seguinte: será que os americanos de uma hora para a outra ficaram generosos conosco? Querem disponibilizar uma tecnologia, aonde seremos mais competitivos? Ou eles estão interessados no nosso mercado?

Fica esse o nosso questionamento. Entendemos que eles estão interessadíssimos no nosso mercado, fazendo com que os nossos compradores no exterior, fiquem sabendo que temos os transgênicos, aqui, e isso prejudicará as nossas exportações, favorecendo o seu mercado, o mercado americano.

Seria isso, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna para fazer um breve relato da viagem que fizemos a Brasília, a convite da Comissão Mista instalada no Congresso Nacional, que trata do assunto Banestado. Estivemos acompanhado do nosso relator, deputado Mário Sérgio Bradock. Fomos recebidos de forma muito cordial pela Comissão Mista do Congresso Nacional. Tivemos a oportunidade de expor alguns assuntos de forma pública, e na seqüência, quando começamos revelar alguns documentos que continham segredos de justiça, o presidente da Comissão Mista determinou que a Sessão se tornasse secreta. Lá pudemos, junto com o deputado Bradock, expor esta nova situação encontrada nas auditorias do Banco que é a Operação Pink(?).

O que é a operação Pink? Dentro do Banco do Estado se promovia duas vias de documentação subfaturadas para a sonegação fiscal e o dinheiro também ficava lá fora nas contas do Banestado e na mão de doleiros.

Mais um escândalo promovido pelo Banco do Estado do Paraná.

Pasmem os senhores, esta situação começou em 1993 e ganhou corpo, e pasmem o Banestado tinha uma agência em Nova Iorque, outra em Gran Caymann e outra no Paraguai, e de repente em Nova Iorque surgiu o Banestado 2 que é uma espécie de subsidiada do Banco do Estado do Paraná lá em Nova Iorque.

Então, foi bastante importante para esta Casa a oportunidade dada pela Comissão Parlamentar Nacional, sobretudo porque tivemos oportunidade de revelar documentos, revelar um trabalho já realizado aqui pelos membros da Comissão que temos a satisfação de presidir.

Então, penso que representamos com dignidade e à altura do interesse desta Casa lá no Congresso Nacional, prestando uma informação bastante precisa, e está aqui o deputado Bradock que pode testemunhar - recebemos dos Senadores estímulo, cumprimentos, e um compromisso firmado de entrelaçamento de nossa equipe técnica com a equipe técnica do Congresso Nacional.

E mais uma vez eu reafirmo o que tenho dito frequentemente - o político tem que andar sempre junto com o técnico, e o técnico, junto com o político, para realizar um trabalho com eficiência e competência. E esta Comissão Parlamentar do Banestado aqui no Paraná tem esta característica - tem uma equipe vocacionada e competente e tem um grupo de onze deputados vocacionados e competentes e determinados na busca do resultado que seja, evidentemente, favorável à nossa população.

Era isto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a palavra, o próximo deputado, Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Eu gostaria de fazer uso no dia de hoje, desta tribuna, até mesmo no sentido de fazer ecoar as palavras do deputado Luiz Carlos Martins, na data de ontem, que principiou uma discussão acerca de qual é a função que nós estamos desempenhando nesta Casa.

Entre outras tantas, a função não só que desempenhamos nesta Casa, mas também lá nas nossas bases eleitorais, nós temos sido constantemente abordados pela população e por empresários que nos indagam a respeito, não só a respeito dos destinos do nosso Estado, mas também a respeito de qual é a condução que será dada ao nosso País com a política econômica. O fato é que as coisas não estão andando bem. E esse não estar andando bem; não é um privilégio somente do Estado do Paraná. Temos outros Estados que também estão sofrendo. E nesse sentido gostaria de fazer, aqui, essa explanação. Tenho sido procurado por alguns setores da economia. Mais recentemente no mês de julho fui procurado por setores do ramo de supermercados, que foram abordados por fiscais da Secretaria da Fazenda num projeto de âmbito estadual, que se chama Projeto de Acompanhamento

Setorial, onde a Secretaria da Fazenda escolhe determinados setores para fazer um acompanhamento do que diz respeito à arrecadação.

E, esses setores de supermercados, receberam notificação colocando os números que arrecadaram durante os meses de julho, agosto e setembro do ano passado. E o que é pior, através de alguns cálculos, se chegou a um critério de correção, que levou em conta IBGA, IPCE, etc., como se a economia lá na ponta final, no mercado varejista, acompanhasse esses números da inflação! Mas, enfim, levaram em conta essa evolução de faturamento e notificaram. E esse setor de supermercado vinha historicamente, já era pesado para eles arrecadando 2,5 do valor das entradas.

E a notificação que agora foi aplicada é que eles passem a recolher aos cofres públicos no mínimo 4% do valor das entradas.

Só para demonstrar para os senhores, eu fiz uma conta simplória, até para a pessoa que veio me solicitar uma explicação do porquê desse acompanhamento. E não precisa ser um mercado de grande porte, um mercado que hoje efetue compras no valor de 100 mil reais, ele teria que arrecadar 4 mil reais de ICMS.

Vejam bem, se levamos em conta um mercado que compra 100 mil reais e por ser do ramo de supermercado, esse setor não é enquadrado para ser microempresa, ele tem quem considerar na alíquota interna, 18% de crédito de ICMS. E vocês podem até falar: "mas tem hortifruti-granjeiro que é isento". Mas é isento na entrada, é isento na saída. Então, ele vai ser creditado de 18 mil reais. Ele teria que aplicar uma margem de lucro de 22,5% para sobrar os quatro mil reais para ele pagar de acordo com os 100 mil de entrada.

Só que, se imaginarmos 22,5%, será que eles praticam essa margem de lucro hoje nos supermercados? Se fosse só isso até daria para espremer, aumentar o custo das mercadorias e pagar os 4 mil reais. Só que são 22,5 só para pagar o ICMS estadual! Vejam bem, tem mais os encargos sociais, mais os impostos federais, tem energia elétrica, tem aluguel, tem funcionário.

Com certeza, se formos colocar na ponta do lápis a margem de lucro que esses comerciantes terão que colocar, vai chegar aí em 80%, 100%.

Nesse sentido, senhor presidente, nós protocolamos no dia 22 de julho. Gostaria de solicitar ao nosso líder, Dr. Luciano, o horário da Liderança do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a concordância do líder Luciano Ducci, o senhor tem 5 minutos.

O SR. RENI PEREIRA

Então, senhor presidente, ainda durante o recesso, tivemos conhecimento dessa situação. Não se trata, aqui, de estar defendendo os supermercadistas ou qualquer outro ramo. Se trata de estar defendendo a economia

paranaense, porque, se nós ficarmos nesse arrocho, vamos matar a galinha dos ovos de ouro. E hoje a situação é crítica, não só para o Governo do Paraná. E, logo mais, nós teremos no setor de farmácia um arrocho semelhante e temos que pensar que o setor não só supermercadista, mas todos os setores da economia, estão passando por dificuldades.

Então, num momento como este, aumentar a carga tributária pelas entradas de 2,5 a 4%, a gente até entende que a arrecadação tem baixado, justamente, fruto disso aí. Nesse sentido e exercendo até a função de deputado que ontem foi enaltecida, aqui, pretendo colocar nos próximos dias, sim, uma medida através de um decreto legislativo revogando um decreto, porque o nosso governador tem colocado e, na maioria das vezes com acerto, porque muitas coisas erradas foram cometidas pela gestão anterior. Uma delas - e tivemos a Lei nº 13.123, se não me falha a memória - permitia a compensação de ICMS com precatórios de natureza alimentícia. Essa lei vigorou até junho do ano passado. Posteriormente à data-limite dessa lei, houve um decreto, e esse decreto continua em vigor, onde permite-se que todos os precatórios - de qualquer natureza, sejam utilizados. Basta que eles estejam vencidos para pagamento de ICMS e de auto de infração de ICMS.

Nessa mesma esteira coloco: se hoje já estamos sentindo o baque que foi o diferimento do setor atacadista que o governo tem que colocar hoje e pedir que se aumente a carga do supermercado, por que diferiu o produto para o atacadista? Entretanto, alguém teria que pagar essa conta e essa conta está estourando lá no mercado varejista e no consumidor. Então, nesse mesmo sentido, não podemos mais permitir que se mate a galinhas dos ovos de ouro, que é o contribuinte do Estado do Paraná.

Vamos propor medidas eficazes e o precatório é uma obrigação que o Estado do Paraná tem que honrar. Mas vamos nos preocupar para que esses precatórios tenham limite quando se fala em compensar com ICMS, porque senão, deputado Pedro Ivo, teremos, ao final do ano, que chegar para o funcionalismo público e perguntar se eles não vão querer parte desse precatório, porque está virando moeda corrente.

Estaremos propondo, na próxima semana, um decreto legislativo para revogar, se não totalmente esse decreto que permite que se pague o ICMS com precatório, pelo menos que se imponha limites, porque o Governo do Estado do Paraná precisa arrecadar para honrar os compromissos e para repassar também aos municípios. Agora, a arrecadação tem que fazer dentro dos limites que a economia e que o contribuinte podem pagar. E hoje, exigir 4% pela entrada é um absurdo, porque teríamos que colocar uma margem de lucro, aí, na faixa de 80 a 90%! Pedimos os critérios técnicos que levaram a essas notificações e até o momento, senhor presidente, não recebemos a resposta da Secretaria da Fazenda. Esperamos que ela seja plausível, porque a população precisa que haja um melhor esclarecimento, pois nesta

mesma tribuna eu vim elogiar o governador Roberto Requião pela anistia ou pela não cobrança a mais de ICMS das microempresas. Numa atitude de vanguarda ele colocou o Paraná anos-luz à frente de outros Estados.

Nesta mesma tribuna hoje faço essa análise crítica de que é preciso rever esses critérios de arrecadação e contribuir com o Estado. Acredito que esse decreto legislativo que estaremos propondo na semana seguinte, vai contribuir muito com as finanças do Estado. E também, já aproveite o momento para dizer que se encontra nesta Casa, um projeto de anistia do Governo do Estado, e estaremos fazendo algumas emendas que nos possibilitem privilegiarmos não só as pessoas que hoje estão em débito para com a Secretaria da Fazenda e com o Estado do Paraná, mas, principalmente, garantir algum privilégio àquele contribuinte que, sagradamente, todo mês, deixa de honrar até com o próprio fornecedor e com os funcionários, mas paga seu imposto em dia. Precisamos, também, garantir privilégios a esse contribuinte que paga a conta em dia e não só de ano em ano estar aprovando aqui nesta Casa, anistia, em detrimento do sacrifício que essas pessoas fazem para pagar a conta em dia. Concedo aparte ao deputado Pedro Ivo.

O Sr. Pedro Ivo Ilkiv

Só queria endossar o que o deputado Reni colocou, bem levantado que, de 2,5% sobre o faturamento que se exige sobre as compras, passou de 4%, uma carga insustentável, e os supermercados têm reclamado muito quanto a isso. Quando você fala que 22% é necessário colocar uma margem em cima do produto para se cobrir apenas o ICMS, tem que levar em consideração todos os impostos federais que ainda tem. Não existe um supermercado de médio porte que consigna trabalhar com uma margem de menos de 16% sobre o faturamento bruto como despesas administrativas, funcionários, luz e outras despesas mais.

Então, muito bem colocado, e quero endossar o que o deputado Reni colocou.

O Sr. Reni Pereira

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao Grande Expediente.

O SR. PADRE PAULO (Pela Ordem)

Senhor presidente, queremos registrar a presença do vereador de Mariluz, senhor Joel, bem como de outros vereadores que estiveram aqui nesta Casa hoje pela manhã.

Também quero justificar a ausência do nosso companheiro deputado Tadeu Veneri, que se encontra hoje em Brasília, para um seminário, cujo título é "Combatendo a Impunidade, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Por requerimento do presidente, deputado Hermas Brandão aprovado no dia 11/08, o horário do Grande Expediente de hoje, será destinado à União Paranaense dos Estudantes - UPE.

Com a palavra, o presidente da UPE, Madson de Oliveira.

O SR. MADSON DE OLIVEIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa, demais presentes hoje aqui na Casa do povo, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Hoje, dia 13 de agosto de 2003, é um dia muito especial para a diretoria da União Paranaense dos Estudantes. Estamos realizando hoje, a partir das 19h00, na sede histórica da entidade, localizado na Rua Carlos Cavalcanti, nº 1.157, a posse simbólica da nova diretoria da entidade, que foi eleita no Congresso realizado no dia 17 e 18 de maio deste ano.

É um momento especial para a diretoria e acredito também que para todos os estudantes do Estado do Paraná.

Tivemos grandes mudanças do final do ano passado para este ano. Mudamos de governo federal, renovamos parte do Congresso Nacional, teve mudanças de governo do Estado. Houve renovação na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e demais Assembléias. Isso ocasionou expectativa e perspectiva para que nós estudantes, a partir desse novo momento político que vive o nosso país, possamos definitivamente ajudar a construir um novo Estado, um novo país, uma nova sociedade.

Faz anos que o Movimento Estudantil não recebia em sua Sede em São Paulo, Sede da UNE e da UBES a presença de um ministro da Educação. Também no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, representado por vários setores da sociedade brasileira, hoje lá tem um representante da juventude, um representante dos estudantes, que é o presidente da União Nacional dos Estudantes. Isso faz com que os estudantes tenham um canal de diálogo, seja com o governo federal, seja com o governo estadual. Se nós não temos esse canal de diálogo, nós temos que propor também. Se nós temos a oportunidade de propor, então precisamos nos qualificar. Talvez esse seja um dos grandes desafios do Movimento Estudantil, daqui para frente. Achar que somente ao irmos para as ruas protestar, podemos garantir alguma coisa, está equivocado. O momento é de ir às ruas, mobilizar, organizar os estudantes, mas é também aproveitar todo e qualquer canal de diálogo que possa haver, seja como governo do Estado, seja com o governo federal. Para que nós possamos fazer um grande mutirão nacional, para que a gente possa somar esforços, com os deputados, com os prefeitos, com os vereadores, com todos os movimentos sociais, enfim, todos querem a transformação da sociedade, para que nós possamos construir um novo Paraná e um novo Brasil.

Achar que com a eleição, do novo governador e o novo presidente da República nossos problemas, por si só, irão começar a se resolver, é um grande engano. Se não houver a presença e a participação dos movimentos sociais - e digo em especial dos estudantes, através do Movimento Estudantil, para que possamos fazer a discussão de uma reforma universitária, para que possamos fazer a discussão das reformas estruturais, que o Brasil necessita, não vamos conseguir mudar nada. Achar que simplesmente com a eleição de um presidente da República resolvem-se nossos problemas, não é verdade. Agora, sim, que necessita-se e exige-se cada vez mais da participação dos estudantes, estes mesmos que sempre contribuíram e jogaram papel no processo de mudanças e transformações da nossa sociedade. E podemos até nos reportar a alguns fatos.

Foi através do Movimento Estudantil, com a sua participação, que ajudamos a garantir à Petrobrás que fosse uma companhia totalmente brasileira, uma estatal, com a campanha do "o petróleo é nosso".

Foi o Movimento Estudantil o primeiro a ir para as ruas contra o golpe de 64, contra a ditadura. O Movimento Estudantil também esteve presente na anistia, em 79. Esteve presente na luta pelas "Diretas, Já", em 84. Esteve presente mais recentemente no grande movimento nacional que foi o Movimento "Fora Collor!", e em todos os momentos da nossa história, o Movimento Estudantil esteve presente.

E o desafio que se apresenta para o movimento estudantil agora, é tão importante quanto, se não for maior, no processo de ajudar a construir, todos juntos, o novo Estado do Paraná e o novo Brasil.

Imediatamente, estamos organizando nossa jornada de lutas, que começou nesta segunda-feira, dia especial para todos nós, estudantes, dia 11 de agosto, o Dia do estudante, e que terminará, nesta sexta-feira, dia 15, e iremos realizar em Curitiba, na Boca Maldita, um ato em defesa, a luta - melhor dizendo, pela reforma universitária, pela reserva de vagas e pelo passe escolar para a cidade de Curitiba. Estudantes da cidade que até hoje não conseguiram conquistar este benefício tão importante para nós, que queremos garantir o acesso de toda a juventude à educação. Esse mesmo passe escolar que hoje já existe em várias cidades do nosso Estado, como Londrina, Maringá, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Cascavel, Pato Branco, Ponta Grossa e algumas outras.

Estamos aqui, hoje, para fazer um convite a todos deputados desta Casa, que possam estar presentes na nossa posse, que irá realizar-se às 19h00 na sede histórica.

Mas, mais do que convidar para estar na posse, convidar para somar esforços. Este ano, ainda, a União Paranaense de Estudantes irá organizar um seminário estadual de educação. Por quê? Porque nós precisamos, emergencialmente, fazer um debate da situação do ensino do Estado do Paraná. Temos seis universidades estaduais. Temos problemas estruturais. Temos problemas com falta

de professores e não é simplesmente criticando e indo para a rua que iremos resolver. Vamos fazer isto, sim, a todo momento que for necessário, mas precisamos abrir um grande movimento cívico em defesa do ensino superior. Esse deve ser o papel desse seminário.

Por isso, quero convidar a todos os deputados, para que venham somar conosco neste momento importante da vida política do nosso Estado e do nosso país, para que possamos, juntos, fazer a transformação que o Paraná e o Brasil tanto precisam.

Não poderia deixar de citar alguns diretores da nova gestão desta entidade: temos aqui o Bruno Vanhoni, que é vice-prefeito da entidade, Antônio Anibelli Neto, que é outro vice-presidente, que infelizmente não está aqui, está num outro compromisso da União Paranaense de Estudantes, com o presidente do Procon, Algaci Tulio; a presença também do Michael Genófi, 1º secretário da entidade, do Artur, que é diretor vice-regional Oeste, de Foz do Iguaçu, que está aqui hoje para nossa posse.

Espero contar com todos os deputados, hoje, na Rua Carlos Cavalcanti, sede histórica da União Paranaense de Estudantes, para que possamos celebrar este momento tão importante da nova diretoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PL, PSL, PPS, PTB, PP. **(Declinam)**

No horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Com muita preocupação venho à tribuna no dia de hoje, para trazer uma informação, uma notícia nada boa para o nosso Estado do Paraná.

Tem relação com a matéria que traz o jornal "Gazeta do Povo", com relação à fuga de investimentos no nosso Estado do Paraná. Em especial, a empresa Norsk, que foi implantada no município de Jaguariaíva, por ter feito investimentos significativos para a produção de papel imprensa. E o vice-presidente da Norsk, José Afonso Noronha, disse que a empresa poderá suspender os investimentos de 410 milhões de dólares. Investimentos de mais de 1 bilhão de reais, que está previsto na instalação e ampliação dos negócios dele na região de Jaguariaíva, que fica a 250 quilômetros de Curitiba.

Tudo isso com relação ao crédito de ICMS, que, através de um decreto assinado pelo governador Roberto Requião, cancelou o direito aos créditos de ICMS de todas as indústrias do Estado do Paraná. E a Norsk, que tem um faturamento um tanto significativo, aponta que terá um prejuízo de 1 milhão de reais por mês, no momento em que não tem direito a ter seu crédito de ICMS liberado pelo Governo do Estado do Paraná. Um novo critério foi implantado no Estado, não questiona-

mos o critério, mas sim a perda dos investimentos que nosso Estado do Paraná está tendo. São 410 milhões de dólares que o nosso Estado vai deixar de receber.

A preocupação é grande por sermos um representante dos Campos Gerais e o município de Jaguariaíva foi o município onde mais votado fui e sendo cobrado pelas autoridades daquele município com relação à fuga dos investimentos que acontecem no Estado do Paraná.

No dia de ontem o deputado Elio Rusch trouxe aqui uma séria preocupação com a fuga de investimentos que seriam feitas lá do Aeroporto Afonso Pena, a ampliação dos terminais e da pista.

O que vemos neste momento: É a fuga de investimentos no Estado do Paraná! Motivo: crise econômica do país. Está aí um governo federal que está querendo implantar uma reforma tributária. E na matéria, o vice-presidente da Norsk, José Afonso Noronha, diz que a preocupação é muito grande e que neste momento estão concentrando energias para tentar lá em Brasília na reforma tributária. Não fazer com que venham, as empresas do ramo papelero, sofrer uma série de prejuízos inviabilizando seus negócios. E a Norsk, deixando de investir no Estado do Paraná, em Jaguariaíva e no Brasil e indo para outros países!

A preocupação está aí. A insegurança, a instabilidade que está sendo gerada, as modificações na situação tributária no Estado do Paraná, e em especial, a questão dos créditos do ICMS, que tem uma nova regra e que fez com que os investimentos, na área papelera, viessem a perder. E como representante do Paraná fico triste e preocupado de ver 410 milhões de dólares sendo perdidos pelo nosso Estado do Paraná.

Quero dizer, deputado Elio Rusch, esses investimentos de 410 milhões que a Norsk vai fazer, foi no ano passado feito um protocolo de intenções, lá no governo anterior, para que aqui pudesse se instalar, dentro do critério de incentivos fiscais que o Estado do Paraná tinha a oferecer para todas as empresas que aqui pudessem investir seus negócios.

Mudou a regra sem muita explicação, estão aí os investimentos fugindo.

Concedo um aparte ao deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Ouçó com muita atenção o deputado Plauto Miró, o assunto que aborda nesta Sessão de hoje.

O mesmo assunto já abordamos ontem. Já nos manifestamos na imprensa do Estado do Paraná, principalmente na Região Oeste. O risco que o Paraná estaria correndo com relação aos rompimentos dos contratos feito pelo governo do Estado, unilateralmente.

O Paraná é um estado altamente competitivo. Ele mudou seu perfil econômico, aliás disse ontem da tribuna. E é reconhecido pelo secretário da Fazenda Eron Arzua, quando esteve aqui nesta Casa e disse que o Paraná mudou seu perfil econômico, principalmente na industrialização e no que diz respeito às montadoras.

Ontem falávamos do consórcio formado por empresas dos Estados Unidos e pela Bélgica, que fariam investimentos na ordem de 160 milhões de dólares aqui no Aeroporto Afonso Penna, na construção da terceira pista e também na construção de um terminal de cargas junto ao aeroporto. E o consultor dessa empresa deixou claro, eles suspenderam esses investimentos diante dos constantes rompimentos feito pelo Governo do Estado nos contratos com as empresas que estão estabelecidas no Estado do Paraná ou queiram se estabelecer.

Falamos ontem do jornal “Gazeta do Povo” o que foi publicado em sua manchete ontem: “Multinacional suspende projeto de construir pista no Aeroporto Afonso Penna”. Hoje o mesmo jornal traz uma outra manchete: “Norsk ameaça cortar investimentos no Estado do Paraná, 410 milhões de dólares”.

A Renault cortou o investimento de 400 milhões de dólares. Só aí passa de 1 bilhão de dólares que seriam investidos na área de industrialização do Estado do Paraná.

Está na hora de nós nos preocuparmos. Está na hora do próprio governador do Estado do Paraná buscar um realinhamento dos seus discursos e das suas posições, principalmente no que diz respeito à iniciativa privada.

A Norsk, que ameaça cortar investimentos no Estado do Paraná, diante da suspensão da legislação que diz respeito ao ICMS, porque o papel importado está imune, não paga os impostos! Como vamos taxar uma mesma matéria-prima que é fabricada dentro do Estado do Paraná e do Brasil? O que é importado vamos colocar sem impostos e o que fabricamos no Estado do Paraná vamos taxar? Isso me preocupa, é muito! Agora, surpreendo-me também quando o próprio secretário da Indústria e Comércio, Sr. Mussi, diz que está surpreso com a decisão da Ubal em não querer mais construir a terceira pista! Não estou surpreso. Surpresos têm de estar os integrantes do governo.

Parabenizo a sua preocupação, independente de quem é governo, se é PMDB, PFL. Temos compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado. Os governos são todos passageiros, mas o Estado, a Nação e a sociedade, permanecem sempre. Temos responsabilidade com o desenvolvimento do nosso Estado.

E os contratos quando são feitos, os protocolos quando são assinados, não são assinados em nome da pessoa que representa o Estado, que representa o município. Acho que isso deve ser discutido amplamente com as empresas interessadas, sob pena de estarmos prejudicando o Estado do Paraná.

Lideranças políticas nacionais, deputado Plauto e V. Exa. que acompanhou essa reunião, também mostraram a sua preocupação. Isso já aconteceu no Rio Grande do Sul com a Ford, porque um governador assinou um protocolo, ofereceu incentivos e o próximo governador não aceitou, e como resultado, a Ford foi para outro Estado; foi para Bahia, a Bahia sorridente. Nós não pode-

mos repetir o mesmo erro no Estado do Paraná, aquilo que aconteceu em outros Estados.

Agradeço o aparte e parabéns pela sua preocupação e pelo seu discurso.

O Sr. Antonio Anibelli

Solicito um aparte a V. Exa., deputado Plauto.

(Assentimento)

Claro que o debate é maravilhoso, o Parlamento é para debater. Acho que estamos confundindo o não investimento no Paraná. Que bom se todo Brasil viesse investir, prova é que o governador Roberto Requião diferenciando o Paraná - e gostaria que o deputado Elio Rusch também elogiasse a atitude do governador, quando no Brasil inteiro a ANEEL aumentou a energia elétrica em 25% ou 27%. O único Estado da Federação, porque tinha energia abundante e vendemos para outros Estados e não temos as vantagens da venda, ele pegou esse aumento para atrair indústrias no Paraná; deixou de repassar o aumento a toda população paranaense, 25.5%.

Então, acho que só isso já é um ato do governador que rebate qualquer indicativa de que ele esteja rebatendo as empresas que se instalariam no Paraná.

Quanto ao problema do Aeroporto Afonso Penna, pelo que me consta, na Legislação Brasileira o Aeroporto Internacional Afonso Pena depende da Infraero, que é dirigida pelo ex-senador Carlos Wilson, de Pernambuco. Então, se a empresa não está investindo no Paraná, não é o governo do Estado que faria esse contrato, porque não cabe ao governo do Paraná assinar contrato com a Infraero, a não ser que a Infraero repassa-se dinheiro para o Estado e o Estado fizesse convênio com essa empresa. Nós sabemos que a administração dos aeroportos é por meio da Infraero, que é um órgão federal.

Quanto a essa empresa de papel que surpreendeu a mim e ao secretário Mussi, nós vimos ontem ou anteontem a Klabin, que é um orgulho do Paraná, vendendo suas ações em Nova York, se não me falha a memória, para que pagasse as dívidas contraídas para aqui aplicar o produto dessa venda em uma empresa mais segura, uma empresa sem dívidas, sem compromissos.

Quanto à taxação de papel, é um problema nacional também, e existe um convênio com os grandes jornais brasileiros que não se cobra, se não me falha a memória, o IPI do papel de imprensa e isso já falamos até no governo Jaime Lerner. Se o Estado taxasse os jornais e as empresas talvez falassem menos de nós políticos, como são acostumados, pois qualquer deputado, vereador, prefeito, presidente da República não pode assinar um compromisso para fazer a divulgação do Estado visando aqueles recursos que no governo passado eram regamente pagos jornais, televisões, revistas, não só do Paraná, do Brasil e do exterior e, agora, o governador não pode gastar; é economia para o Estado. O ex-secretário Cid Campêlo está na Justiça, porque o governador não pode gastar o dinheiro.

Obrigado! Desculpe o tamanho do aparte.

O Sr. Elio Rusch

Deputado Anibelli, ceda o horário do PMDB para que possamos continuar debatendo.

O Sr. Antonio Anibelli

É impossível a transferência, mas podemos falar no Horário da Situação para o debate ser ampliado.

O Sr. Elio Rusch

Então, ceda o espaço do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo um minuto para o deputado Plauto concluir.

O Sr. Antonio Anibelli

O deputado Dobrandino vai falar no Horário da Liderança e poderá entrar no horário da Situação e o debate ser ampliado.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Estamos trazendo aqui as notícias e as informações que tenho do jornal - A Gazeta do Povo. No dia de ontem a própria Gazeta, quando fala, deputado Anibelli, do corte dos investimentos dessa empresa na construção da terceira pista do aeroporto, e ao mesmo tempo do terminal de cargas e deixa claro aqui o representante dessa empresa, que a decisão foi motivada pelos recentes atos por parte do governo do Estado, quando contestaram a legalidade ou moralidade dos inúmeros contratos assinados pelo governo anterior junto aos investidores.

A matéria, senhor presidente, do jornal "A Gazeta do Povo".

O Sr. Antonio Anibelli

A moralidade, o Requião tem absoluta razão, porque os duzentos contratos que foram revogados até hoje, nenhum entrou na Justiça pela moralidade.

O Sr. Plauto Miró

Senhor presidente, senhores deputados: esta aí uma preocupação, estamos perdendo investimentos na área industrial, investimentos no Estado do Paraná, por atitudes tomadas pelo governador do Estado com relação à legislação do ICMS e até mesmo a quebra de alguns contratos. Não quero aqui polarizar questões que poderiam ter de irregularidade em alguns contratos.

Mas, a preocupação é uma. O Paraná está perdendo e nós paranaenses, deputados, temos que nos preocupar e trazer aqui na tribuna tudo aquilo que está soprando contrário aos interesses do povo paranaense.

Muito obrigado, senhor presidente!

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Gostaria de registrar a presença nesta Casa, dos vereadores de Maringá, do nosso Partido do PP, Belino

Bravin e também o "Zebrão", aliás, os vereadores atuantes da nossa cidade de Maringá. Gostaria de comunicar a esta Casa e agradecer a presença dos dois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Muito obrigado e sejam bem-vindos.

Também quero registrar a presença do vereador de Colombo, do Partido dos Trabalhadores, professor Chico.

Seja bem-vindo.

No horário destinado ao PMDB, deputado Dobrandino, representando o Oeste do Paraná.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Esta Casa tem que votar realmente; e um debate como está se estabelecendo agora, esta é a função realmente do nosso parlamentar.

Não tenho me preocupado em fazer projetos de lei só para a imprensa, mas acompanho na verdade as grandes causas. E essa é uma delas que iremos agora decorrer aqui na tribuna da Assembléia.

Quero dizer que tenho, com todo o respeito, entendendo as críticas dos deputados do PFL e dizer que entendemos isso, mas não concordamos com a forma como estão colocando.

Dizer que o governador do Estado é responsável pelo não investimento do governo federal, da Infraero, do Aeroporto de Curitiba, me desculpe eu não posso concordar com isso.

Ora, se o contrato não é com o governo do Estado, que culpa tem o governo?

Na verdade, o Brasil está em recessão e muito grande.

Mas, quem não quer vir ao Paraná e pode até suspender investimentos, são aqueles que querem vir na contramão do interesse do povo do Paraná.

Porque todos os atos do governador, olha, pode ser até ruim esse, mas já vale muito mais e melhor que o rompimento de contrato da Copel, da Sanepar e assim por diante.

Vou citar o exemplo da Ferropar. Entregaram a ferrovia a terceiros, contrariando total interesse do povo do Paraná.

O governo, de sua consciência e de responsabilidade tem que combater isso, porque está defendendo a sua população. E é por esses atos que eu defendo realmente o governador Requião, porque tem coragem e tem responsabilidade para corrigir aquilo que vem contra o interesse da população do Paraná.

Não posso ficar calado diante dessas colocações, embora eu respeite os deputados. E o governador pode até errar numa medida dessa, por exemplo, que modifica a cobrança do ICMS. A gente está fazendo o interesse do Estado.

As empresas que realmente têm interesse, que vêm contribuindo com o Estado, vão discutir, vão corrigir

isso. O governo é aberto para isso. Nós temos conversado bastante.

Então, não posso me calar.

Na verdade a Gazeta do Povo publicou aquilo que o deputado denunciou aqui ontem. Eu vi a matéria; estou acompanhando!

Então, não pode a imprensa dizer agora que uma empresa que vai fazer um investimento para o governo federal, e o governo do Paraná ser responsável por isso! O que eu quero dizer é o seguinte: este governo, por exemplo, que já anulou inúmeros contratos que eram realmente nocivos à população do nosso Estado e à economia do Paraná pode até errar em alguma coisa, mas acredito, deputado Elio Rusch, que mesmo a população da sua cidade está atribuindo muito mais atos que são interessantes para a população do Paraná do que alguns que possam sair errado, como disse aqui, e V. Exa. denuncia, mas que na continuidade, realmente, corrigiremos todos eles.

Então, venho aqui de cabeça erguida e com a consciência tranqüila que este governo tem muito mais acertos do que alguns erros que por ventura possam ocorrer. E nós vamos corrigir isso! Tenho dito e vejo pela nossa Bancada, porque aquilo que nós achamos que está errado, nós vamos ao governador e discutimos, para que seja corrigido isso! Quero crer o seguinte e vou citar aqui um exemplo: não é de tudo positivo quando se faz tudo para que uma empresa se instale no Estado, por exemplo. Não vejo nenhuma melhora, mas, pelo contrário, com muito mais desemprego aqui no Paraná com a quantidade de empresas que se instalaram aqui no Paraná.

Vou citar um exemplo, deputado Anibelli e deputado Elio Rusch: na cidade de Cascavel instalou-se uma empresa, uma multinacional que fabricava coca-cola, com vários e inúmeros benefícios daquele município, como doando terreno e isentando impostos. E quando venceu o contrato, a empresa simplesmente foi embora, suspendeu as instalações em Cascavel!

(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do Governo)

Então, quero crer o seguinte: as empresas que realmente vêm servir ao Paraná, que vêm de acordo com as normas estabelecidas do governo, é claro que temos que fazer com que tenham condições de se instalarem, que o governo ajude neste sentido. Agora, aquelas que vêm com aquilo que não serve ao interesse público, é claro que tem que ser corrigido e vamos combater.

Concedo um aparte ao deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Agradeço a V. Exa. em me ceder este aparte, para que possamos, exatamente, travar um pequeno debate, muito embora o tempo não nos permita, mas dizer primeiro que a Gazeta do Povo não fez a notícia baseada no meu pronunciamento; eu fiz o pronunciamento baseado

na notícia divulgada no dia de ontem na Gazeta do Povo, porque ela noticiou, no dia de ontem, com base em um e-mail que recebeu do consultor da Ubal, e a empresa deixou claro que suspenderam os investimentos no Estado do Paraná diante dos sucessivos rompimentos dos contratos que o atual governo está fazendo com as empresa que estão estabelecidas ou que venham a se estabelecer no Estado do Paraná. Então, nós fizemos isso, e, com base naquilo que falamos ontem na tribuna, lógico que a Gazeta no dia de hoje e outros jornais do Paraná também têm divulgado isso.

Agora, não é possível que nós, como parlamentares, fiquemos calados diante dessa posição! E o secretário, deputado Anibelli, não se sentiu surpreso diante do não investimento da indústria de papel, mas sentiu-se surpreso diante da decisão da Ubal!

Aliás, isso foi um tema levantado, conforme os próprios jornais da imprensa do Paraná dizem, que foi levantado na segunda-feira pelo próprio governador na reunião que ele teve com os secretários. Dizem que ele levantou essa questão dos investimentos que teriam feito no Estado do Paraná e no aeroporto para a própria Ubal, conforme a imprensa do Estado do Paraná. E nós, como deputados estaduais temos que levantar essa questão tornar público, fazer com que a sociedade do Paraná, efetivamente, fique sabendo aquilo que está acontecendo no Estado do Paraná.

Em relação à Copel foi o governador Roberto Requião que na campanha disse que iria dar a água, a luz, de graça, para o pobre. Ele não aplicou os 25% de aumento, aliás, deve ter aplicado porque disse que vai dar desconto para quem pagar em dia. Agora, quem paga em dia a conta de energia elétrica, é o pobre ou o rico? É o “cara” que tem dinheiro, quem não tem dinheiro, atrasa a conta!

Então, o pobre que não vai pagar a conta, vai ser penalizado com 25%. Essa é a informação que nós temos e que saiu na própria imprensa. Quer dizer, não é justo que isso venha acontecer. E o leite, foi o próprio governador que prometeu o leite de graça para cada criança.

Agora, com relação aos contratos, deputado Dobrandino - eu não sei se o deputado André Vargas, presidente do PT está aqui presente, mas se não estiver, por favor, transmitam-lhe: nunca se ouviu falar tanto de um governo que cumpriu os contratos como o governo federal.

O Lula e os seus ministros estão pedindo para cumprir os contratos. Agora, no Paraná, nós estamos fazendo o contrário. Então, estamos andando na contramão.

Eu disse ontem aqui na tribuna que o presidente da República está preocupado em atrair investimentos estrangeiros para o Brasil. E aqui nós condenamos muitas vezes as multinacionais. Onde é que nós estamos? Nós queremos desenvolver o nosso Estado, queremos desenvolver o nosso País. E, como deputado estadual do Paraná, eu tenho que brigar, nós temos que brigar pelo

Paraná, não por São Paulo, nem pelo Rio Grande do Sul, nem por Santa Catarina. E é isso que nós queremos. E o governador tem uma responsabilidade muito grande, sim, no desenvolvimento, para dar continuidade, para endossar exatamente as palavras ditas pelo secretário da Fazenda aqui na Assembléia Legislativa.

Agradeço muito, deputado Dobrandino, e com toda a certeza, esse assunto nós vamos voltar a discutir na semana que vem.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Deputado, para desenvolver o Estado, nós precisamos ter, realmente, comando no Estado, política séria, que possam na verdade, porque nós não podemos atender uma empresa que não vai trazer benefícios para o Estado. Nós precisamos ter a garantia que a empresa possa ter ações que possam atender aos interesses do Paraná. Agora, a empresa que vem para cá com a intenção apenas de auferir lucros e que contraria os interesses públicos, acho que tem que ser combatida. E isso é o que o governo vai fazer, aquilo que é de interesse que vai atender.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Nenhuma empresa estrangeira terá os benefícios que não possa ser dado a uma empresa paranaense. O governador Roberto Requião disse na sua campanha.

Deputado Elio Rusch, o leite está sendo, nas regiões com o IDH mais baixo, está sendo atendido. V. Exa., posso convidá-lo na próxima empreitada que o governador for ao interior, posso convidá-lo para que acompanhe o nosso governo, para ver.

O problema da água está sendo equacionado. Primeiro, foi resolvido o grande problema da Sanepar, para que a Sanepar não fosse vendida, porque, se fosse, e se a Copel fosse vendida também, não poderíamos reduzir o preço da energia para o pobre. Esse aumento da ANEEL pegou de surpresa o governador e como ele é muito competente e inteligente, ele de imediato resolver para que tivesse o diferimento da energia elétrica no Paraná; ele de imediato não deu o aumento. Claro que 25% qualquer cidadão de mínima inteligência irá pagar, aquele caso dos pobres, será revisto.

Agora, se as empresas não vêm ao Paraná, será que não é por que o Banestado foi vendido, foi dado de presente para o Banco Itaú, que nós pagamos, vamos pagar durante 30 anos, trinta e tantos milhões por mês a partir do ano que vem, a quarenta e tantos milhões?

Será que se a Copel tivesse sido vendida, a Sanepar, o Paraná tivesse vendido? E resgatando até o governo Lula, não tenho autorização para falar do governo Lula, mas votei nele e falo. O Lula talvez não pegou o Brasil tão em frangalhos como nós pegamos o Paraná. Está é a diferença que o Lula não está revogando todos os contratos, porque se ele declara uma moratória mundial, talvez, o governo americano ou os empréstimos internacionais declarassem a falência do Brasil, porque a dívida do Brasil é de um trilhão de dólares.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Eu nunca vi um Estado estar falido, estraçalhado, quando ele comprometeu 143% da sua receita corrente, quando são permitidos 200%. Pode afirmar com o secretário Ivo Arzua, que disse ainda que o Estado do Paraná está equilibrado em relação a outros Estados - tivemos ainda uma condição privilegiada. O secretário da Fazenda fala uma coisa e nós, deputados, aqui, falamos diferente. Não consigo entender como é que o Estado está quebrado, se a folha de pagamento estava em dia e o 13º estava pago. Continuamos com o mesmo discurso. O Estado está falido, acabado, mas querem encampar rodovias, dispostos a pagar três bilhões de reais e as nossas rodovias estaduais estão acabadas. A rodovia de Toledo a Quatro Pontes não está terminada...

(Vozes paralelas)

Acho que está na hora de o PMDB, do governo, assumir a administração e parar de pôr a culpa nos governos passados...

(Vozes paralelas)

O Sr. Artagão Júnior

Deputado Dobrandino, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Peço que V. Exa conclua em um minuto, porque passamos cinco minutos do horário.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, pela ordem.

(Vozes paralelas)

O Sr. Artagão Júnior

Ontem, pude observar o depoimento, ao usar a tribuna, do deputado Elio. Ele acusava o nosso governo de omissão.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Peço escusas ao deputado que faz o uso da palavra.

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Quando o deputado Plauto estava na tribuna e usou o horário do PFL, V. Exa. pediu que se encerrasse o discurso.

Cedemos cinco minutos. Passaram-se os cinco minutos, V. Exa. quis que se encerrasse. Nós respeitamos rigorosamente o tempo.

Agora, passaram-se quinze, vinte minutos entre os dois horários e acho que temos que usar o mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

A Mesa está tentando ser a mais democrática possível!

Retorna com a palavra, o deputado Artagão Júnior.

O Sr. Artagão Júnior

Observando o discurso do deputado Elio Rusch, na data de ontem, ele acusava o nosso governo de uma série de medidas inconseqüentes e inaceitáveis. Pelo contrário, as multinacionais vieram com alguns interesses para o nosso Estado. Não sabemos até hoje quais as conseqüências desses contratos, se benéficas ou não para o nosso Estado, porque foram contratos obscuros e não transparentes, como reza a administração pública.

Ontem, eu tive a oportunidade de comprar um lanche, para a minha esposa, na Rede Mc Donald's, que é uma rede mundial que todos nós conhecemos. O que acontece com essas grandes redes multinacionais, é que o interesse que prevalece, em primeiro lugar, é o da sua finalidade lucrativa, ao final do mês. Eles vendem aqueles pacotes, onde induzem o cidadão, que comprando eles têm um benefício lucrativo. Quando você chega lá e pede o nº 1, 2, 3 ou 4, eles lhe oferecem um produto, uma batata maior. Quando eles lhe vendem a batata maior, se você for olhar o preço e a diferença que é cobrada, é superior ao da tabela praticada. Portanto é uma praxe das empresas multinacionais objetivarem exclusivamente a lucratividade de suas empresas.

O governo do Paraná, o governo Requião busca a transparência e a seriedade acima de qualquer outro objetivo. Se houver indústrias e empresas multinacionais que quiserem se instalar no Paraná, objetivando ajudar no desenvolvimento, no crescimento de geração de emprego, sem dúvida alguma, essas empresas terão a colaboração do governo do Estado. Mas, acima de tudo, esses benefícios têm que ser dados em primeiro lugar, para os paranaenses que vivem, que nasceram e crescem e que ajudam no desenvolvimento do Estado do Paraná.

Não interessa para o governo Roberto Requião acertos obscuros, conversas que não podem colocar, perante todos.

(Vozes paralelas)**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Está encerrado o horário do Grande Expediente.

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº CEE/G 096/03, subscrito pelo governador do Estado do Paraná, constante do expediente, comunicando que estará em viagem ao exterior no período de 18 a 25 de agosto, em companhia do presidente da Copel e da ministra Dilma Rousseff, das Minas e Energia, para conhecer o sistema elétrico e as respectivas técnicas de gestão do Estado do Texas, nos Estados Unidos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos deputados Doutor Luciano e Reni Pereira, membros do PSB, constante do expediente, indicando o nome do deputado para exercer as funções de líder do Partido. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 72/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a instalação de um posto do Corpo de Bombeiros na região Norte do Paraná. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, eu peço a palavra, pela ordem, para convocar os deputados-membros da CPI do Banestado, para uma reunião extraordinária logo após esta Sessão, onde vamos nos reunir, somente os membros da Comissão, para tratarmos de assunto de interesse interno.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Qual o local da reunião, deputado?

O SR. NEIVO BERARDIN

O local da reunião pode ser no Salão Nobre.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Os deputados da CPI do Banestado, logo após a Sessão, convidados pelo deputado Neivo Berardin, presidente da CPI do Banestado, no Salão Nobre, para uma reunião de grande importância.

Projeto de lei de autoria da deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 242/2003, de autoria do deputado Milton Pupio, que altera dispositivos da Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a instituição de taxa de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2003, de 05/05/2003)**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei nº 107/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi que autoriza o Poder Executivo a denominar “Inês Maria Duarte Kurpel” o trevo de acesso Chopinzinho-Coronel Vivida, na PR-281. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.
Emenda Aprovada.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2003, de autoria do deputado Plauto Miró guimarães, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao doutor Bartholomeu Lisboa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2003, de autoria do deputado Carlos Simões, que altera a Redação da Lei nº 8.294, de 07 de maio de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão e Natálio Stica, que institui o Regimento Interno da Escola do Legislativo Da Assembléia Legislativa do Paraná, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Sobre o referido projeto, emenda corretiva de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiada.

Ainda, emenda substitutiva de Plenário, de nº 02, de autoria do deputado Ratinho Júnior, devidamente apoiada, ambas nos seguintes termos:

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/2003

O capítulo II - Das atribuições e da composição dos órgãos, em seu artigo 4º, parágrafo 1º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º -.....

§ 1º - O cargo de diretor deverá ser ocupado por um servidor da Assembléia, com curso superior.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Cida Alborghetti, Pedro Ivo Ilkiv, Luciana Rafagnin, Elio Rusch.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O parágrafo 1º do artigo 4º do Anexo do PR 09/2003 - Regimento Interno - passará a ter a seguinte redação:

“O diretor da Escola do Legislativo será escolhido dentre técnicos e especialistas de saber reconhecido nas áreas da Escola, sendo indicado pelo presidente da Escola”.

Sala das Sessões, em 13.08.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

Apoioamento:

Reni Pereira, Doutor Luciano, Neivo Beraldin, Arlete Caramês, Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

Por ser atividade de formação permanente e especializada a Escola do Legislativo deverá contar com direção técnica devendo a escolha recair em profissional de notável saber e reconhecido nas áreas da Escola e no interesse do Poder Legislativo.

Em discussão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Discutir)

Senhor presidente, esta emenda que assumi e tive a subscrição de outros companheiros que foi para dar uma redação mais tranqüila ao artigo 4º, no parágrafo 1º, em que no original está o cargo de diretor deverá ser ocupado por um servidor da Assembléia com escolaridade mínima em nível superior. Não tem escolaridade mínima em nível superior.

Então, nós colocamos, fizemos a nova redação e essa redação permite uma fluência melhor.

Era só isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Este presidente, co-autor do projeto, agradece a contribuição.

Encerrada a discussão, **encaminha-se à Comissão Executiva.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM- Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nicolau Kussi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 026/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de utilidade pública a

APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nicolau Kussi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM- Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal José Jesus Cavalcante - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 027/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria de deputado Nelson Tureck, declara de utilidade pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal José Jesus Cavalcante - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio e Reintegração de Adolescentes- Amaras Recanto Mundo Jovem. Com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 153/2003. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 052/2003 e 153/2003

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei em tela, de autoria da deputada Cida borghetti e deputado Padre Paulo Campos, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Apoio e Reintegração de Adolescentes- Amaras Recanto Mundo Jovem, com sede e foro no município de Maringá.

ense de Apoio e Reintegração de Adolescentes- Amaras/ Recanto Mundo Jovem, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária União e Vida, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2003, de 18.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 352/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria de deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária União e Vida, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de junho e julho de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 011/2003 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho

de 1992, artigo 14, referente aos meses de junho e julho de 2003.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Carlos Simões e Francisco Bühner.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 034/2003

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 034/2003, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimentos das despesas dos senhores deputados, referente aos meses de junho e julho de 2003, regulamentadas pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Analisando o relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição em tela, concluo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, dada a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Isto posto, entende este relator, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) DULIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1579, 1581 e 1582, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1580 e 1588, de autoria do deputado Padre Paulo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1585, 1603 e 1604, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1586, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1590, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1591, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1595, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1600, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1601, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1602, de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1605 e 1607, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1610, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao deputado André Vargas, inscrito.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Explicações Pessoais)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Faço uso da palavra, fora da polêmica, que essa questão da Norsk e da empresa Papel da Imprensa. É uma questão muito específica em relação à imunidade tributária. Em relação a esse tipo de produto, há uma movimentação desse deputado junto à bancada federal, no sentido de equacionar definitivamente as compensações tributárias na Reforma Tributária, exatamente porque a competitividade desse setor, independentemente se vai ampliar ou não; é importante que amplie, está ligado de fato à imunidade tributária que existe fora do país, que existe na importação de produtos. Inclusive tentaremos equacionar essa situação estabelecendo na lei de compensações, a antiga Lei Kandir, um processo de compensação para o Estado do Paraná.

Mas, de fato já é uma preocupação do ministro, já há inclusive setores do governo do Estado debatendo isso. Gostaria já de dizer de antemão, é uma preocupação de todos os deputados estaduais, acho que independente de quem é governo, quem não é governo, deve ter a preocupação, sim, desse investimento, porque é uma região miserável, pobre e de fato a ampliação do investimento ali vai muito nesse sentido. Falava agora com o deputado Dobrandino que o ambiente de investimento, lógico que nós vamos ter que facilitar e o trabalho nosso é esse mesmo, na medida que achamos que há formas de colaboração do Governo Federal, nós temos que fazê-lo ir atrás desses investimentos.

Faço uso da palavra também no sentido de renovar o nosso mais irrestrito apoio ao Sr. Celso Lacerda, gerente regional do Incra, foi indicado pelo Partido dos Trabalhadores, de um governo que está comprometido com a Reforma Agrária, que está há sete meses no Órgão, recuperando esse importante Órgão, recuperando inclusive os critérios em relação à avaliação das áreas. E nós temos o mais irrestrito apreço e apoio à sua atuação. Tem sido difícil a recuperação desse órgão, já que ele estava

devidamente sucateado, porque o debate se dava a nível nacional. É preciso ter uma estrutura moderna e o órgão estará comprometido, não com esse movimento social, nem com essa pressão, mas acima de tudo com a reforma agrária. Volto a dizer que o Sr. Celso de Lacerda Lisboa nunca se negará, estará sempre na articulação, inclusive, com os proprietários rurais, no sentido de equacionar grave questão fundiária que nós temos no Paraná.

Ao final, senhor presidente, dizer que esse requerimento nosso, solicitando informações em relação à renovação de contrato de concessão de água da Sanepar com Curitiba, se deve ao vencimento da concessão na cidade de Londrina, após trinta anos. Como a cidade exige uma discussão mais aprimorada, gostaríamos de nós, londrinenses receber o mesmo atendimento da Sanepar que recebeu a cidade de Curitiba na renovação do convênio.

Era isso, senhor presidente, por ora!

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Explicações Pessoais)

Quero cumprimentar o deputado André Vargas pela visão que ele tem na questão da necessidade dos investimentos a serem feitos não só no Paraná, mas também no Brasil. Enquanto que no Paraná, nós temos uma administração estadual e me parece que está sendo defendida a tese dos rompimentos dos contratos e a não imunidade de alguns impostos que tornaram as empresas competitivas com as empresas que vendem para o mercado interno, a importação que nós temos no papel, principalmente no papel da imprensa, se faz necessário que o governo do Estado também tenha essa visão.

Por isso quero parabenizar o deputado André Vargas por essa visão, de levar exatamente essa tese do seu partido para o governo federal, para que reveja exatamente na reforma tributária, que está hoje em análise, em discussão no Congresso Nacional. Mas que também o vosso partido, junto com a bancada de sustentação ao governo aqui na Assembléia Legislativa, possam fazer o mesmo trabalho, porque, independente se a empresa é nacional ou se é multinacional, deputado Artagão, o que ela gera e V. Exa. disse quais os benefícios que ela traz para o nosso País, primeiro: é o emprego; segundo, são os impostos; terceiro, é o desenvolvimento.

Então, é lógico, nós como empresários, como parlamentares aqui na Assembléia, é o momento e a hora de fazermos este debate, fazer com que os governos possam ter esta visão. Não pelo fato de ser o governo passado meu adversário, ou meu companheiro, eu tenho compromisso com o desenvolvimento do meu Estado.

Vamos fazer, aqui no Paraná, aquilo que o deputado André Vargas acabou de dizer, vamos incentivar nossas empresas, vamos atrair novos investimentos, fazer com que as empresas possam competir, efetivamente, com as outras empresas estrangeiras, no nosso mercado, porque além de estarmos gerando empregos, estamos gerando desenvolvimento, sem sombra de dúvidas. É uma cadeia produtiva o que está atrás disto aí. É a maté-

ria-prima que está sendo beneficiada. São os agricultores que vão se beneficiar, na questão do papel, também, e tantos outros derivados mais.

Então, isto que ele quis colocar, é reconhecer, através da nossa pessoa e em nome da liderança, hoje, da Oposição, esta postura do deputado André Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a palavra, o deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Eu gostaria de fazer algumas observações inclusive anotei, quando estava havendo o debate entre o deputado Dobrandino, que é um dos sustentáculos deste governo, e me preocupa, até, um sinal sintomático de a quantas anda o governo, no nosso Estado, quando disse o deputado Dobrandino que o atual governo, e ele admitiu, pode até consultar nas notas taquigráficas, pode até ser ruim, mas é melhor. O próprio deputado Anibelli, querendo colocar algumas desculpas sobre quem pegou em piores situações as máquinas administrativas: se o Lula ou se o Requião. Em apenas 8 meses de mandato, vemos aí, parece que alguns representantes deste governo querendo jogar até a toalha num governo que apenas começou.

Resta-no, enquanto deputados, torcer para que o governo possa se recuperar e cobrar, fiscalizando aquilo que foi prometido, justamente, em campanha

O deputado Elio Rusch colocou, o governador, com sua verbosidade que lhe é peculiar, dizendo da luz, da água, do leite, solucionar o problema do pedágio, prometendo um verdadeiro paraíso. Se nós não estamos no inferno, infelizmente estamos próximos disto, porque estamos vendo índices negativos do desemprego, da violência, nem se fale!

Agora, chover no molhado, nestes quase oito meses, lamentar a retração de investimentos, a fuga de capital. É inegável que esta é uma tendência nacional. E eu só gostaria de deixar esta observação, porque até próprios setores do PT, em plano federal, mostraram seu descontentamento em relação ao governo do Estado e algumas destas atitudes.

Era esta a colocação que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Antes de passar a palavra ao deputado Artagão Júnior, eu pediria ao 1º secretário que fizesse a leitura de um comunicado que chegou à Mesa, neste momento, do senhor governador do Estado do Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Ivo Ilkiv)

(Lê comunicado do governador)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

O deputado Elio coloca, mais uma vez, o apoio e a manifestação de apreço à política aplicada, nos últimos anos, com relação aos incentivos dados às multinacionais, às empresas internacionais.

Na realidade, ninguém aqui pode ser contra a instalação de empresas de qualquer natureza em nosso Estado, evidentemente porque ela vem de uma forma ou de outra trazer alguma coisa a favor do Estado. Mas, resta saber a que preço. A que custo saem esses benefícios concedidos para os paranaenses para a nossa população, para o nosso desenvolvimento? Que benefícios são esses que foram dados nos últimos anos, que não poderiam ser mostrados à população uma vez que tantas vezes foram requisitadas?

Na realidade, o pequeno, o médio, o grande empresário, a pequena, a média, a grande ou a multi empresa, ela merecer ter do nosso governo, como terá sem dúvida alguma do governo Roberto Requião, o mesmo tratamento.

Complementando somente com a colocação do deputado Barbosa Neto, ele coloca que se nós não estamos no inferno, nós estamos perto dele. Talvez, possa ser porque nós saímos dele e o governo Roberto Requião, sem dúvida alguma está tirando o Paraná da lama e buscando novamente a transparência, a lisura e a política honesta como ela deve ser feita.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Com a palavra, o deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Apenas para corrigir o que falou aqui o deputado Barbosa Neto. Eu não disse que esse governo é ruim ou melhor do que o outro. Eu tenho dito que esse governo é muito bom. Eu disse que esse governo pode até errar numas medidas que tem tomado. Algumas delas, podem não ser as corretas, que vão corrigir, mas entendo perfeitamente as palavras do deputado Barbosa Neto, com muita realidade como um grande radialista traz aqui o seu discurso. Até porque apoiei um outro candidato a governador. Isso é até salutar num governo democrático, o equilíbrio de força e discussão.

Mas, não posso admitir, deputado, tem que entender. Como disse o Artagão, do inferno nós já estamos saindo. Esta Casa instalou cinco CPI's, só para apurar denúncias de corrupção do governo passado. Até esse governo poderia estar muito mais adiantado nos seus atos se não tivesse que trabalhar permanentemente, só corrigir contratos abusivos e que contraria a economia do Paraná, que tirou muito tempo, na verdade, alguns atos importantes que podiam ser implantados, em função do mal governo, porque muitos apoiaram aqui, o governo passado.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

O deputado Dobrandino pode inclusive consultar as notas taquigráficas, eu fiz questão de anotar. Como jor-

nalista, nós temos que ter essa obrigação e esse cuidado, até.

O senhor disse ali: o governo Requião pode até ser ruim, mas é melhor do que os outros que o sucederam. Eu, com muito orgulho, apoiei o candidato, que com responsabilidade e equilíbrio disse que iria fazer as auditorias necessárias para que a solução para o pedágio fosse dado. Infelizmente, esse governo, com bravatas, está fazendo depois de sete meses aquilo que o Álvaro Dias tinha prometido em campanha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, no horário regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 237/2003.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 026, 027, 052, 352/2003 e do Projeto de Resolução nº 011/2003.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 028, 029, 046, 183, 314 e 344/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Termo de Cooperação que entre si fazem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e o Ministério Público do Estado do Paraná) Pa nº 8633/01- Pj Comunidades).

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 46-A/2003

Colocar à disposição do Ministério Público do Paraná, FABIANE LUCIO TORREGIANI, matrícula nº 4642, servidora deste Poder, até 31 de janeiro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 6114, de 12.08.2003)

PORTARIA Nº 47/2003

Colocar à disposição do Ministério Público do Estado do Paraná, ROSENILDA APARECIDA ANTONIO, matrícula nº 4645, servidora deste Poder, até 31 de janeiro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 6114, de 12.08.2003)

PORTARIA Nº 48/2003

Colocar à disposição do gabinete da Presidência, a funcionária TEREZA CRISTINA CONTI QUEIROZ CAMPELO, matrícula nº 616, ocupante do cargo de Taquí-

grafa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13.08.2003.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral